



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

#### REQUERIMENTO N.º \_\_\_\_\_ DE 2023 (Da Sra. Delegada Ione)

Apresentação: 08/08/2023 09:21:46.330 - CMULHER

REQ n.54/2023

*Requer a realização de Audiência Pública para debater a violência doméstica e familiar e seus impactos no Poder Judiciário Brasileiro.*

Senhora Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de Audiência Pública para debater a violência doméstica e familiar e seus impactos no Poder Judiciário Brasileiro, com os seguintes convidados:

- Representante do Ministério da Mulher;
- Representante do Conselho Nacional de Justiça CNJ;
- Sra. Ana Lucia Lourenço – Desembargadora do TJPR – Presidente Coordenadora do Colégio de Coordenadores da Mulher em situação de violência doméstica e familiar do Poder Judiciário Brasileiro (COCEVID);
- Sra. Luciana Lopes Rocha - Juíza de Direito do TJDF - Coordenadora do Colégio de Coordenadores da Mulher em situação de violência doméstica e familiar do Poder Judiciário Brasileiro (COCEVID) do DF;
- Evangelina Castilho Duarte – Desembargadora do TJMG - Coordenadora do Colégio de Coordenadores da Mulher em situação de violência doméstica e familiar do Poder Judiciário Brasileiro (COCEVID) de MG.

#### JUSTIFICAÇÃO

A audiência pública proposta tem como objetivo ouvir o Poder Judiciário no que tange as ações de enfrentamento da violência contra as mulheres, bem como da violência familiar, visando aprimoramento da legislação pertinente ao tema.

Neste sentido, vale ressaltar que no âmbito do Poder Judiciário foi instituído o “Colégio de Coordenadores da Mulher em situação de violência





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

doméstica e familiar” (Cocevid). O colegiado foi criado no dia 12 de novembro de 2018, durante o encontro de Coordenadores realizado por ocasião do X Fórum Nacional de Juízas e Juizes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Fonavid).

O Colégio tem por objetivos aperfeiçoar a Política Judiciária Nacional de enfrentamento da violência contra as mulheres; estimular a troca de experiências e conhecimento entre seus integrantes; e uniformizar os métodos e os critérios administrativos e judiciais, bem como os projetos e práticas implementadas, observadas as peculiaridades regionais.

Considerando a situação apresentada, solicito o apoio dos nobres pares pela aprovação do presente requerimento, com intuito de realização da referida audiência pública.

Sala da Comissão, \_\_\_\_ de agosto de 2023.

**Delegada Ione**  
**Deputada Federal**  
**AVANTE/MG**

